



UnB/Universidade de Brasília

CPA/Comissão Própria de Avaliação

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Brasília, abril de 2005.



PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR:

Reitor: Prof. Lauro Morhy
Vice-Reitor: Prof. Timothy Martin Mulholland
Decano de Ensino de Graduação: Prof. Ivan Marques de Toledo Camargo
Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Noraí Romeu Rocco
Decano de Extensão: Prof. Sylvio Quezado de Magalhães
Decano de Administração: Prof. Erico Paulo Siegmar Weidlle
Decana de Assuntos Comunitários: Profa. Thérèse Hofmann Gatti
Secretário de Planejamento: Prof. Eduardo Tadeu Vieira

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)*:

Prof. Lauro Morhy – Presidente
Prof. César Martins de Sá (Secretario Regional da SBPC)
Prof. Eduardo Tadeu Vieira (SPL)
Profa. Gardênia da Silva Abbad (IP)
Prof. Ivan Marques de Toledo Camargo (DEG)
Prof. Mauro Luiz Rabelo (MAT)
Prof. Ricardo Chaves de Rezende Martins (GRE)
Aluno André Tenório Mourão (IREL)
Aluno Ângelo de Queiroz Maurício (QUI)
Téc. Elisabeth de Araújo Ferreira (SPL)
Téc. Cosmo José Balbino (SINTFUB)

Editoração Eletrônica: Mauro Pereira Bento

Capa: Mauro Pereira Bento

Fotos: Juan Pratginestós

Revisão: Flávia Ribeiro Machado

* Comissão Instituída pela Resolução da Reitoria n. 979/2004 de 29/7/2004.



SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. Conhecendo a UnB	6
3. Missão	8
4. Valores Institucionais	8
5. Postura Estratégica Institucional	9
6. Objetivos Institucionais.....	10
7. Histórico da Avaliação Institucional na UnB	11
8. O Planejamento Estratégico e a Implantação do PDI	13
9. Os Anuários Estatísticos	15
10. Princípios Gerais e Objetivos da Avaliação Institucional na Universidade de Brasília	16
11. Objetivo Geral.....	17
12. Objetivos Específicos.....	18
13. Estratégias Básicas de Avaliação na UnB.....	19
14. Metodologia de implantação do modelo de avaliação institucional.....	20
15. O Modelo de Avaliação Institucional.....	22
16. Detalhamento do modelo, seus componentes, variáveis e indicadores	28
16.1 Avaliação do Ensino de Graduação e de Pós-Graduação	28
16.2 Avaliação da Pesquisa Científica e/ou Produção Intelectual.....	31
16.3 Avaliação da Extensão Universitária	33
16.4. Avaliação das Ações Comunitárias.....	34
16.5. Avaliação da Gestão Institucional	34
17. Cronograma de atividades de Implantação do Modelo.....	40
18. Previsão de Despesas.....	41



UnB/Universidade de Brasília

CPA/Comissão Própria de Avaliação



1. Introdução

A Universidade de Brasília/UnB tem longa e rica trajetória no campo da avaliação institucional. Um dos seus primeiros marcos foi o documento datado de 1986, denominado “Proposta de Avaliação de Ensino Superior”. Em 1994, teve-se o “Projeto para Avaliação Institucional da Universidade de Brasília”, elaborado pela Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional/APA. Contam-se ainda inúmeras iniciativas de avaliação de disciplinas e cursos de graduação, de desempenho docente, de departamentos e outras unidades da Instituição. Junto a esse processo, a UnB vem implantando o seu banco de dados institucionais, reunindo, hoje, um conjunto de informações atualizadas sobre as principais atividades nos diferentes campos e áreas em que atua. A coleta e análise anual desses dados vem possibilitando, desde 1998, a publicação do Anuário Estatístico da UnB, que vem sendo cada vez mais aprimorado.

O desdobramento dessa trajetória sugere que a Universidade, além de dar continuidade a esse significativo conjunto de experiências, agregue a ele processos que possibilitem uma visão de conjunto da Instituição, evidenciando qual a percepção que ela tem de si mesma, sua dinâmica institucional, seus êxitos e diferenciais, bem como os aspectos que necessitam ser aprimorados ou mesmo modificados. A Universidade já implantou, e vem aprimorando, um planejamento sistematizado, consolidado em planos plurianuais de desenvolvimento, o que requer a implementação de novos procedimentos continuados de avaliação que os orientem.

A UnB então já tem lançadas as bases para retomar um amplo processo de avaliação institucional cumprindo também, assim, as obrigações legais de avaliação agora determinadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei n. 10.861/2004.



2. Conhecendo a UnB

A FUB/Fundação Universidade de Brasília foi criada pela Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961, com o objetivo de manter a UnB/Universidade de Brasília – instituída pelo Decreto n. 500, de 15 de janeiro de 1962 – com início de suas atividades acadêmicas em 21 de abril de 1962.

A UnB originou-se de um projeto global, de concepção moderna, com uma estrutura organizacional que serviu de modelo, mais tarde, para o sistema universitário nacional. O quadro de professores foi composto de intelectuais de alto nível, das diversas áreas do conhecimento, recrutados nos centros de excelência do País.

O *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, situado às margens do Lago Paranoá, na Asa Norte do Plano Piloto, tem área de 395,2 hectares. Fora do Plano Piloto, a 28km da UnB, ao sul do Distrito Federal (Vargem Bonita), situa-se a Fazenda Água Limpa, com área de 43.400.000m². Esse local é utilizado para atividades de ensino, pesquisa e extensão em agropecuária, ecologia, zoologia, primatologia e outras.

Ao norte do Distrito Federal, em Planaltina, foi construído em 2003/2004 o *Campus* UnB-Planaltina, com área total de 30 hectares, distante 44km da UnB, onde serão oferecidos os cursos de graduação em Administração, Pedagogia, Enfermagem e Agronomia. Para esses cursos serão oferecidas, inicialmente, cerca de 50 vagas/curso, totalizando 200 novos ingressos, possivelmente a partir do segundo semestre de 2005. Outra atividade, já oferecida atualmente no novo *Campus*, é o curso de Integração em nível de extensão para docentes do ensino médio, de acordo com a filosofia de integração com o ensino-médio, introduzida pelo Programa de Avaliação Seriada/PAS[†].

[†] É uma modalidade de acesso ao ensino superior interativa com o ensino médio, proposta primeiramente pela UnB em 1985 e implantada a partir de 1996, com provas realizadas ao final de cada um dos três anos regulares do ensino médio.



A UnB oferece anualmente cerca de 3.985 vagas entre o PAS e o Vestibular tradicional, nos 60 cursos de graduação diurnos e noturnos. Na pós-graduação *strictu sensu* são oferecidas, no mestrado, cerca de 1.359 vagas e no doutorado 479. Em cursos de especialização, nas diversas áreas, são oferecidas cerca de 4.661 vagas.

A UnB formou até o ano de 2004 cerca de 52.274 alunos na graduação, 9.119 na especialização, 5.685 no mestrado e 901 no doutorado.

A população universitária está, atualmente, em torno de 35.000 pessoas, incluindo servidores (docentes e técnicos) e alunos. A estrutura organizacional é composta de: 5 Decanatos; 22 Institutos e Faculdades; 52 Departamentos; 3 Secretarias; 5 Órgãos Complementares; 14 Centros; 7 Órgãos Auxiliares das Unidades Acadêmicas; 1 Hospital Universitário; 1 Hospital Veterinário; 1 Prefeitura; 1 Editora; 1 Biblioteca Central e 1 Fazenda.



3. Missão

A missão da UnB é produzir, aplicar, preservar e difundir idéias e conhecimentos, pesquisar, propor soluções e abrir caminhos para a sociedade, atuando como um centro dinâmico de progresso e desenvolvimento regional, nacional e internacional, comprometido com a formação profissional de alta qualificação de cidadãos éticos, socialmente responsáveis e com visão à frente do seu tempo.

4. Valores Institucionais

Ética e cidadania nas intenções e nas ações

Democracia e respeito nas relações internas e externas

Autonomia institucional com transparência e responsabilidade social

Qualidade e Excelência em padrões mundiais com:

visão estratégica

criatividade

persistência

eficiência e eficácia

cooperação

competição construtiva

responsabilidade



5. Postura Estratégica Institucional

- Tornar a ação educativa um processo motivante. Aprender a aprender deve ser a preocupação básica. Nesse sentido, deve-se procurar fazer da pesquisa um insumo da docência, associando-a, sempre que possível, à compreensão e à solução de problemas sociais;
- Promover a auto-avaliação permanente e integrar-se aos programas externos de avaliação institucional;
- Adequar periodicamente cursos e currículos aos novos tempos, interagindo nessa tarefa com outras instituições universitárias e a sociedade;
- Estimular e aprimorar mecanismos multi, inter e transdisciplinares;
- Fazer da extensão universitária um conjunto de atividades de interesse social que também projete adequada e efetivamente a imagem institucional;
- Promover as atividades e a divulgação dos resultados alcançados pela Instituição, de modo a integrá-la sempre à vida social da cidade, da região, do País e ao contexto das outras nações.



6. Objetivos Institucionais

1. Formar profissionais com alta qualificação científica, tecnológica e artística, com sensibilidade social, capazes de se manterem atualizados por toda a vida, como agentes promotores do bem-estar e da felicidade no seu tempo;
2. Produzir novos conhecimentos em todas as áreas, para aumentar o saber, solucionar os problemas sociais e ambientais e gerar a inovação;
3. Fortalecer e ampliar as relações da Universidade com a sociedade, procurando atender às demandas, trocando experiências e difundindo conhecimentos; co-participando e assessorando a gestão pública; liderando a geração de opiniões e buscando a definição de critérios de atendimento de demandas físicas, econômicas, sociais e políticas da região e do País;
4. Colaborar para o resgate, a preservação e a construção do patrimônio histórico e cultural, regional e nacional;
5. Fomentar e consolidar mecanismos de geração de recursos, compatíveis com os princípios estabelecidos nos valores institucionais, assegurando o ensino público gratuito, conforme estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil.



7. Histórico da Avaliação Institucional na UnB

O sistema de educação superior no Brasil apresentou acentuado crescimento nos últimos 30 anos. No entanto, a avaliação educacional passou a merecer melhor atenção nos últimos quinze anos. O objetivo principal da avaliação institucional na educação superior é promover a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, buscando sempre a sua atualidade. A missão da instituição, o seu propósito e seus objetivos determinam o tipo de avaliação que deve ser conduzida.

A Universidade de Brasília iniciou, na década de 1980, um esforço de avaliação destinado a assegurar o aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Um de seus primeiros marcos foi o documento datado de 1986, denominado “Proposta de Avaliação de Ensino Superior”. Naquela época foram avaliados todos os cursos de graduação da UnB.

Em 1993, o MEC/SESu lançou o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras/PAIUB, oferecendo apoio financeiro e orientação técnica às universidades que estivessem dispostas a participar do programa. Naquele ano, a UnB elaborou um projeto cujo modelo adotado era Contexto-Insumo-Processos-Produtos/CIPP. O modelo seguia basicamente dois grandes enfoques de avaliação, apresentados na literatura especializada: O primeiro tomava por base o processo de tomada de decisões, e o segundo fundamentava-se nas clássicas abordagens de sistemas. Essa proposta compreendia a realização de avaliação externa, auto-avaliação e a pesquisa de egressos. Foi implantada apenas a Avaliação Externa de Cursos e a pesquisa dos egressos formados, tendo sido submetidos à avaliação externa 28 cursos de graduação. Os relatórios de recomendações das comissões externas foram enviados aos conselhos e às unidades de origem do curso, para serem implementados.

A pesquisa de egressos foi realizada em 1997, envolvendo os concluintes de cursos de graduação no período de 1985 a 1995. Foram enviados 3.711 questionários via correio. O retorno foi de 1.072 questionários considerados válidos



para análise. Deu-se continuidade à avaliação de disciplinas e do desempenho docente, implantada na experiência anterior.

No ano de 2002 foi constituída, por meio da Resolução da Reitoria n. 024/2002, a comissão interna de avaliação institucional da UnB, com o objetivo de apresentar um projeto de avaliação institucional. O projeto foi elaborado enfocando três eixos básicos:

- 1) Avaliação geral com o objetivo de traçar visão abrangente da Instituição;
- 2) Avaliação específica do ensino de graduação;
- 3) Pesquisa de egressos.

A pesquisa de egressos foi implantada com uma primeira amostragem envolvendo sete cursos de graduação. A avaliação de disciplinas e desempenho docente foi aplicada em três semestres, sob a coordenação do DEG.



8. O Planejamento Estratégico e a Implantação do PDI

A Universidade de Brasília deu início, em 1994, ao seu processo de Planejamento Estratégico. Naquela ocasião, representantes das Unidades Acadêmicas e Administrativas contribuíram para realizar o diagnóstico institucional e para definir as diretrizes estratégicas que norteariam a gestão universitária de 1994 a 1997. No período de 1997 a 2001, o processo de Planejamento e Administração Estratégica foi revisto e atualizado, com a participação de todos os gestores das Unidades Administrativas e das Acadêmicas.

Em 2002, na segunda gestão do Reitor Lauro Morhy, foi iniciada a segunda etapa de planejamento com a implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI.

O Sistema de Planejamento tem como característica três níveis de desenvolvimento:

- 1) O Planejamento Estratégico, com a participação da Reitoria e dos Decanatos, sob a coordenação do Grupo de Planejamento e com o apoio operacional da Secretaria de Planejamento. Foram definidos: Missão, Valores Institucionais, Postura Estratégica Institucional, Objetivos Institucionais, Áreas e Diretrizes Institucionais, tendo como resultado o PDI;
- 2) O Planejamento Tático do qual participaram a Reitoria, os Decanatos os Institutos e Faculdades, Órgãos Complementares e Secretarias. Foram definidos os Objetivos Operacionais, Metas, Orçamento e Projetos/Atividades. O resultado nesse momento foi o Plano Quinquenal/PQ;
- 3) O Planejamento Operacional do qual participaram todas as unidades envolvidas na primeira e na segunda etapas.

Foram definidos instrumentos de elaboração dos Planos, incluindo ações, meios de acompanhamento (físico/financeiro), detalhamento do orçamento, e cronograma de atualização e avaliação, tendo como resultado o Plano Anual de



Atividades/PAA. Foram realizadas reuniões de orientação para elaboração dos planos com todas as unidades envolvidas, além de seminários de planejamento.

Em síntese, as definições estratégicas da UnB já constam do Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI; as ações e os projetos detalhados de cada unidade e os seus elementos físicos e financeiros integram o Plano Quinquenal/PQ e o Plano Anual/PA.

O acompanhamento do Plano é trimestral e acumulado anualmente. Está de acordo com o calendário do Conselho Diretor da FUB. Foi definido e implantado, o sistema eletrônico de execução do planejamento, sendo a sua operacionalização via Internet. O acesso é por meio de uma senha, cuja responsabilidade é do Diretor da Unidade. Desde 2002 integraram ao planejamento 58 Unidades da UnB. Foram realizados cursos e treinamentos para os assistentes das Unidades. O ajuste do Plano é realizado uma vez a cada ano, nos meses de novembro e dezembro. Todas as ações realizadas na Instituição constam do PDI.

Buscando alta transparência, não apenas a comunidade universitária, mas toda sociedade brasileira podem conhecer as atividades desenvolvidas pela UnB e por suas Unidades, a partir dos Relatórios Anuais de Atividades e também dos Anuários Estatísticos disponibilizados na Internet, no Portal da UnB (<http://www.unb.br>). Também podem ser encontrados os documentos relacionados ao planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de planejamento, além de outros documentos.



9. Os Anuários Estatísticos

A Universidade de Brasília iniciou, em 1998, a publicação de Anuários Estatísticos, com o objetivo de reunir e consolidar seus dados, de forma a servir de instrumento de apoio gerencial às demandas de informações internas e externas.

A cada edição a UnB apresenta dados relativos ao ano anterior e evolutivos aos últimos cinco anos. É um retrato da Instituição, em que se destaca a evolução dos trabalhos desenvolvidos por todas as suas Unidades, em tabelas e gráficos. O Anuário apresenta informações detalhadas sobre o ensino de graduação, o de pós-graduação, a pesquisa, a extensão, os quadros de pessoal docente e técnico-administrativo, além de outras informações específicas sobre a Instituição nos últimos cinco anos, com algumas projeções até 10 anos.

Cumprindo assim a UnB uma das metas da sua Administração que é a valorização da informação, visando a fornecer os subsídios essenciais ao planejamento, à avaliação institucional e ao processo de tomada de decisão.

O desempenho da UnB demonstrado nessa publicação é o resultado do esforço de toda a comunidade acadêmica e retrata o perfil de uma Instituição que consolidou sua credibilidade junto à sociedade brasileira.

A cada edição são corrigidos e atualizados os dados apresentados em anuários anteriores, sempre que necessário.



10. Princípios Gerais e Objetivos da Avaliação Institucional na Universidade de Brasília

Há grande abundância de informações sobre diversas atividades e áreas da Universidade e diversos sistemas avaliativos em vigor, porém esse volume e diversidade de informações e avaliações, exigem a criação de um modelo integrado de avaliação institucional, que congregue os dados oriundos de diferentes práticas avaliativas e que contemple, de modo abrangente, as principais atividades da Instituição.

Devem ser observados os princípios: transparência, confiabilidade, agilidade, objetividade, ampla participação da comunidade universitária no processo avaliativo, respeito às diferenças inerentes às áreas e às atividades da universidade, utilização integrada de abordagens qualitativas e quantitativas de avaliação.

A avaliação deve ter propósitos e conseqüências. Ela deve ser pedagógica (promovendo o conhecimento e ensinando a conhecer a realidade analisada) e transformadora (apresentando as alternativas que permitam gerar mudanças, seja de aperfeiçoamento do que já se fez ou se faz, seja de alteração de rumos e estratégias, redefinição ou reconstrução do próprio objeto avaliado). A obediência a esse critério só é possível se todos os segmentos institucionais estiverem de acordo com relação à pertinência da avaliação. Enfim, além de útil, pedagógica e transformadora, ela deve ser pertinente, fidedigna, abrangente, seletiva, relevante, transparente, consistente, legítima, coerente, explicativa, interativa e conseqüente.



11. Objetivo Geral

Implementar, integrar e modernizar os procedimentos atuais de avaliação institucional da Universidade de Brasília, com a finalidade de torná-los instrumentos que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, na gestão e no cumprimento de sua pertinência, e de sua responsabilidade social.



12. Objetivos Específicos

- 12.1.** Sensibilizar e conscientizar a comunidade universitária para o significado e a relevância da avaliação institucional, tornando-a um processo participativo permanente;
- 12.2.** Implementar/Integrar/Criar sistemas de informações gerenciais evolutivos de todas as áreas da instituição;
- 12.3.** Impulsionar um processo permanente de autocrítica que alimente o planejamento e a gestão institucional;
- 12.4.** Proporcionar uma visão abrangente e integrada dos processos de realização e inter-relação das tarefas acadêmicas, científicas, artísticas, comunitárias e administrativas, em todas as suas dimensões;
- 12.5.** Subsidiar/facilitar a elaboração de novas políticas para as diversas atividades (áreas) da universidade, de modo a aumentar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária;
- 12.6.** Gerar propostas que resultem em projetos para melhoria das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como daquelas que lhes dão suporte;
- 12.7.** Rever a formação profissional oferecida pela universidade, a partir da análise do desempenho de egressos no mercado de trabalho;
- 12.8.** Prestar contas à sociedade das ações e dos resultados alcançados pela Universidade.



13. Estratégias Básicas de Avaliação na UnB

- 13.1.** Alinhar as ações de avaliação à missão, aos valores institucionais, à postura estratégica e aos objetivos institucionais da Universidade de Brasília;
- 13.2.** Aproveitar informações e incorporar práticas de avaliação e acompanhamento vigentes nas diversas áreas da UnB;
- 13.3.** Atualizar e implementar informações sobre a universidade em todas as áreas, integrando-as em bancos de dados já existentes que possibilitem a escolha e o aperfeiçoamento de indicadores precisos de avaliação institucional e outros;
- 13.4.** Atualizar e integrar informações existentes sobre as atividades da Universidade de Brasília em novos bancos de dados, que facilitem a análise, o refinamento das medidas de avaliação e a compreensão de como se realizam e inter-relacionam as atividades acadêmicas em todas as suas dimensões;
- 13.5.** Gerar relatórios resumidos com a situação de cada área e discuti-los com os gestores das áreas avaliadas e com a comunidade acadêmica, identificando vieses, falhas e contaminações nos indicadores de avaliação utilizados. Aperfeiçoar os indicadores de avaliação para cada atividade, analisar e interpretar os dados por área;
- 13.6.** Consolidar relatórios de avaliação institucional que documentem o processo avaliativo, os resultados da avaliação, bem como sugestões de melhorias nas políticas e práticas institucionais.



14. Metodologia de implantação do modelo de avaliação institucional

- 14.1.**Exposição dos princípios gerais, objetivos e o esboço do modelo integrado de avaliação institucional aos Decanos e Diretores de Institutos e Faculdades e demais gestores da Universidade de Brasília;
- 14.2.**Aprimoramento do esboço com o detalhamento dos componentes dos modelos específicos;
- 14.3.**Captação e análise da confiabilidade e validade das informações junto aos Decanatos responsáveis pelas atividades, bem como avaliação da necessidade de coletar mais dados sobre as respectivas atividades ou de criar novos procedimentos de avaliação específicos;
- 14.4.**Escolha dos indicadores de resultados institucionais para cada área, de acordo com os objetivos e diretrizes institucionais das áreas;
- 14.5.**Criação de banco(s) de dados integrado contendo informações sobre as diversas atividades da Universidade de Brasília.
- 14.6.**Elaboração de relatórios preliminares por atividades/áreas;
- 14.7.**Realização do auto-estudo voltado para a discussão da percepção que a instituição tem de si mesma (a partir dos relatórios preliminares de avaliação), envolvendo todos os segmentos institucionais, de modo a gerar um retrato da sua dinâmica institucional, identificando:
 - 14.7.1.**Os seus êxitos, isto é, as realizações que distinguem significativamente a universidade e evidenciam a marca da sua existência histórica;
 - 14.7.2.**O que a universidade desenvolve de modo adequado, mas que não atinge o patamar de distinção do grupo de atividades anteriormente mencionado;
 - 14.7.3.**Os aspectos que podem ser melhorados para aumentar o grau de realização da sua missão, objetivos e diretrizes institucionais e/ou o aumento de sua eficiência organizacional;



- 14.7.4.** Os aspectos que necessitem ser modificados substancialmente, visto que constituem obstáculos ao cumprimento de sua missão ou comprometem a eficiência da Instituição;
- 14.7.5.** A sua visão de futuro e necessidade da criação de novas políticas institucionais para as atividades e áreas institucionais.
- 14.8.** Elaboração dos relatórios de auto-avaliação, contendo a síntese do auto-estudo e os indicadores quantitativos de resultados institucionais;
- 14.9.** Aprimoramento do modelo de avaliação institucional, incorporando sugestões de melhorias coletadas durante o auto-estudo;
- 14.10.** Confeção e encaminhamento do relatório geral de avaliação institucional aos Conselhos Superiores competentes para aprovação;
- 14.11.** Divulgação dos relatórios parcial e geral;
- 14.12.** Preparação para a Visita da Comissão de Avaliação Externa;
- 14.13.** Avaliação do processo de implantação e do modelo de avaliação institucional adotado;
- 14.14.** Revisão do modelo;
- 14.15.** Acompanhamento dos resultados da avaliação;
- 14.16.** Manutenção dos bancos de dados com as informações necessárias à avaliação no(s) período(s) subsequente(s);
- 14.17.** Implementação e/ou definição de Instrumentos de Avaliação;
- 14.18.** Visita de comissões externas nacionais e/ou internacionais de avaliação.



15. O Modelo de Avaliação Institucional

Os processos abrangentes de avaliação institucional compreendem dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa. No primeiro, a Instituição reconstrói a imagem que tem de si mesma, reunindo suas percepções e os dados que as baseiam. É um momento de elaboração do que vem sendo denominado de auto-estudo. O segundo momento, o da avaliação externa, é aquele em que esta visão é discutida com uma comissão de alto nível, de preferência com perfil internacional. Tal comissão, após ler o documento do auto-estudo, visita a Universidade, mantém contatos e reuniões com diferentes segmentos institucionais e emite parecer, discutindo a visão que a Instituição tem de si mesma e apresentando sugestões e recomendações para seu desenvolvimento.

Esta prática está hoje generalizada no cenário internacional. É fato que ela vem se realizando com diferentes objetivos. Ora para *accreditation* junto às associações não-estatais de instituições de ensino superior, como é o caso das associações de universidades e *colleges* norte-americanas ou a Associação Européia de Universidades (EUA); ora para a mesma finalidade junto ao Poder Público, como ocorre na Itália e na Argentina, e também para alocação de recursos públicos às instituições, como no Reino Unido; ora conduzidas pelo Poder Público, porém sem finalidade de credenciamento ou financiamento, como é o caso da França, para citar apenas alguns exemplos.

No Brasil, o desenvolvimento da avaliação da educação superior tem sido marcado por dois movimentos. De um lado, aquele promovido pelo Poder Público, com objetivos definidos na legislação: credenciamento de instituições e reconhecimento de cursos. De outro, as iniciativas originadas no âmbito das próprias instituições: algumas com incentivo do Poder Público (por meio do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras/PAIUB) e outras conduzidas de forma independente. A experiência da UnB é um misto dessas duas situações. E a proposta ora em implantação, do SINAES, caminha nessa direção.



As mais recentes tendências de avaliação institucional estão baseadas em uma concepção que tem como eixo central a vocação da Instituição e os processos pelos quais ela busca realizá-la. Essa concepção está presente na proposta do SINAES. Trata-se de nortear a avaliação pelo modo como a Instituição traça seus caminhos para alcançar seus objetivos. Não se esgota, pois, em um modelo que retrate estaticamente a organização, mas em uma proposta que busca entender e explicar o que acontece na Instituição e porque acontece, com o intuito de aprimorar a sua trajetória para que se realize a sua missão. Por isso são colocados, no centro do processo, a fluidez e a dinâmica ambiental, enfatizando a integração organizacional, ou seja, como seus diferentes elementos interagem para a obtenção dos fins desejados. Sob essa ótica, consideram-se os macroelementos organizacionais: o ensino, a pesquisa, a sua gestão e os meios que lhes dão suporte. Obviamente, a Instituição vive inserida em um contexto social concreto, no qual promove intervenções e no qual busca elementos para seu crescimento e melhoria. Por essa razão, são consideradas com destaque as relações externas, nas quais se incluem as atividades de extensão, as relações com outros setores sociais, profissionais ou não-profissionais etc.

Essa concepção dinâmica de avaliação institucional se assenta sobre uma matriz referencial de dimensões, cuja marca é a integração. Tal matriz relaciona as dimensões “imateriais” da Instituição (ensino, pesquisa, extensão, gestão e clima) com as dimensões relativas aos elementos concretos que lhes dão vida e materialidade (corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo, processos, recursos materiais e recursos financeiros). Todas essas dimensões são focadas em uma dimensão maior, que pode ser denominada de missão, vocação e objetivos da Instituição. A adoção de metodologia que trabalhe tais dimensões e indicadores possibilita visão abrangente da Instituição, com importante característica: oferece perfil do “pulsar” institucional, isso é, como a UnB vive em si mesma, como seus atores percebem a Instituição que fazem, seus consensos e dissensos sobre o que é realizado e suas expectativas sobre o que precisa ser feito. Esse perfil pode



constituir ferramenta privilegiada para orientação dos processos de planejamento e gestão da Instituição.

A avaliação institucional será então realizada por áreas, de acordo com a classificação estabelecida pelo planejamento estratégico da Universidade de Brasília. As variáveis componentes dos indicadores de desempenho institucional, para cada uma das áreas de avaliação, compreendem: ambiente (contexto, condições de acesso, infra-estrutura, disseminação e resultados de longo-prazo), perfil dos envolvidos (discentes, docentes e demais atores), processos (atividades, projetos, intercâmbios), infra-estrutura (obras, espaço físico, equipamentos) resultados e impactos imediatos e mediatos das atividades institucionais sobre a sociedade.

São dez as áreas institucionais definidas pelo planejamento estratégico da Universidade de Brasília, conforme Manual de Planejamento do Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI, 2002-2006, publicado em 2003:

- ▶ Ensino de Graduação
- ▶ Ensino de Pós-Graduação
- ▶ Pesquisa Científica
- ▶ Extensão Universitária
- ▶ Assuntos Comunitários
- ▶ Prestação de Serviços
- ▶ Organização e Desenvolvimento
- ▶ Obras – Espaço Físico
- ▶ Recursos Humanos
- ▶ Planejamento, Avaliação e Informação.

Para fins de avaliação, as últimas seis áreas integrarão o sistema de avaliação denominado Gestão Universitária.

As variáveis que comporão o modelo serão mensuradas nos diferentes níveis de análise: cursos, Institutos, Faculdades, Departamentos e outros que se fizerem necessários à avaliação das atividades de ensino.



Assim, o modelo de avaliação institucional da Universidade de Brasília compreenderá seis módulos ou modelos específicos, denominados:

- a) Avaliação do Ensino de Graduação
- b) Avaliação da Pós-Graduação (*lato e stricto sensu*)
- c) Avaliação da Pesquisa Científica e/ou Produção Intelectual
- d) Avaliação da Extensão Universitária
- e) Ações Comunitárias
- f) Gestão Institucional
 - 1. Organização e Desenvolvimento
 - 2. Planejamento, Avaliação e Informação
 - 3. Recursos Orçamentários e Financeiros
 - 4. Recursos Humanos
 - 5. Infra-Estrutura Física: obras e espaço físico
 - 6. Prestação de Serviços

O modelo específico de avaliação da gestão universitária terá seis dimensões básicas, sendo que as áreas se subdividem conforme mencionado anteriormente.

Os indicadores de avaliação de cada uma das áreas serão obtidos, inicialmente, a partir de dados pré-existentes e já empregados pela Universidade no acompanhamento e/ou avaliação de suas atividades acadêmicas e de gestão. Integrarão o modelo de avaliação aqueles indicadores mais precisos e pouco contaminados por erros de medida. Com a participação das áreas, serão criados novos indicadores, se necessário, assim como aprimorados os existentes. Todos os indicadores deverão estar alinhados à missão, valores, postura, objetivos e diretrizes institucionais.

O modelo de avaliação institucional adotará múltiplos métodos de coleta e análise de dados, incluindo abordagens qualitativas e quantitativas na condução de todo o processo avaliativo. Os dados serão coletados e armazenados de modo a



oferecer oportunidade de acompanhamento de séries históricas dos indicadores de avaliação, tal como já vem sendo feito na UnB.

O sistema de avaliação de uma instituição deve ser, a um só tempo, original (no sentido de atender às suas necessidades específicas) e integrado àquele sistema maior, de modo a poder com ele se comunicar, concordando, complementando, questionando e modificando. Para tanto, deve adotar concepção dinâmica e abrangente, centrada em sua própria missão e história, porém com razoável grau de comparabilidade.

A sistemática a ser adotada deve contemplar os múltiplos recortes da avaliação: quanto à metodologia, quantitativa e qualitativa; quanto ao foco, formativo e somativo; quanto à instância, interna e externa; quanto aos objetivos, a tomada de decisão, o mérito e a construção coletiva.

A versão dos modelos específicos será amplamente divulgada e apresentada pelos respectivos coordenadores (de graduação, pós-graduação e extensão) em seus conselhos de institutos e faculdades para deliberação. No caso do modelo de avaliação da gestão universitária, representantes das áreas da universidade envolvidas na elaboração do relatório os apresentarão às Unidades de origem para apreciação e discussão.

Essa fase final do processo de avaliação será realizada mediante discussão nas Unidades sobre os resultados contidos nos relatórios de avaliação, os quais serão aprimorados por meio de processo compreensivo de auto-estudo. Incluídas as reflexões das Unidades aos relatórios, a comissão elaborará o relatório geral de avaliação, que será submetido às instâncias decisórias superiores da UnB e, se aprovado, divulgado para a comunidade universitária e a sociedade em geral.

As últimas fases do processo avaliativo serão a avaliação e o aprimoramento do modelo de avaliação a partir de sugestões e críticas formuladas pela comunidade universitária aos processos, princípios e resultados da avaliação, bem como o acompanhamento da implementação.



A Comissão Própria de Avaliação poderá solicitar a formação de grupo ou grupos de trabalho, compostos por representantes de cada área avaliada, para fins de implantação dos modelos específicos.

A avaliação institucional deverá ocorrer de cinco em cinco anos, porém as bases de dados terão de ser alimentadas constantemente e de modo ininterrupto.



16. Detalhamento do modelo, seus componentes, variáveis e indicadores

O modelo de avaliação institucional da Universidade de Brasília é composto por seis módulos ou modelos específicos, descritos a seguir em termos de seus componentes, variáveis e indicadores. Grande parte dos indicadores e variáveis incluídas nesses modelos já vem sendo coletadas e analisadas pela UnB e constam de relatórios institucionais e anuários estatísticos amplamente divulgados à comunidade interna e externa. As informações, somadas a outras, serão consolidadas em bancos evolutivos de dados para aprimoramento das análises dos relacionamentos entre os diversos componentes do modelo de avaliação institucional adotado pela Universidade de Brasília.

16.1 Avaliação do Ensino de Graduação e de Pós-Graduação

O modelo de avaliação do ensino de graduação e de pós-graduação contém indicadores cruciais para dimensionar o dinamismo da vida acadêmica institucional. Os módulos de avaliação do ensino de graduação e de pós-graduação compartilham a maior parte das variáveis e indicadores, por isso são tratados conjuntamente nesta seção.

As variáveis componentes dos indicadores de desempenho institucional para o modelo de avaliação do ensino de graduação e pós-graduação compreendem: ambiente (contexto, demanda, condições de acesso, perfil dos envolvidos: discentes, docentes e demais atores), procedimentos e processos (condições de ensino, atividades, projetos, intercâmbios), infra-estrutura (obras, espaço físico, equipamentos), resultados e impactos imediatos e mediatos das atividades de ensino sobre a sociedade.

O modelo de avaliação do ensino é composto por indicadores relativos a procedimentos e a condições de ensino, entre os quais: a composição dos programas de ensino, as modalidades oferecidas, as formas de oferta, os



procedimentos de seleção e ingresso do alunado, a natureza mais ou menos flexível das estruturas curriculares, os processos de escolha de conteúdos, as tendências metodológicas, a variedade de atividades comprometidas com a formação global do aluno, os procedimentos de avaliação da aprendizagem. Além desses, estão presentes no modelo questões relativas aos recursos de aprendizagem, inovações curriculares e pedagógicas, novas metodologias e tecnologias de ensino, atividades de formação pré-profissional (estágios, empresas júnior, clínicas-escola, banco de soluções etc.), atividades de formação para a pesquisa (trabalhos de conclusão de curso, monografias, iniciação científica, PET etc.), a adequação do formato das estruturas curriculares (disciplinas obrigatórias e eletivas) ao regime de matrícula (seriado ou por crédito) e seu impacto sobre a integralização do currículo. Estratégias de recuperação e reforço e os diferentes usos que delas fazem a coordenação de curso ou mesmo outras instâncias institucionais.

Com relação à análise de indicadores de demanda e condições de ensino, o modelo prevê a avaliação do poder de atração da instituição, da situação atual do conjunto de cursos: tempo de existência e sua situação legal, sua reputação, evidenciada por diferentes indicadores. Incentivos de melhoria ou desenvolvimento, iniciativas de desativação etc. Dados sobre processo seletivo (formato e dados quantitativos). A evolução das matrículas, nos diferentes cursos oferecidos pela Instituição, durante um período significativo de tempo, constitui indicador de seu desenvolvimento.

No que tange ao Perfil do Alunado, compõem o modelo informações evolutivas sobre o tamanho do corpo discente e sua distribuição nos programas e atividades, o perfil pessoal (socioeconômico e acadêmico) do corpo discente, origem geográfica, rede de ensino da qual provêm os ingressantes, quando concluíram o ensino médio, situação ocupacional, situação socioeconômica familiar, inclusive o nível de instrução dos pais, condições próprias de financiamento de seus estudos, além de dados sobre sexo, idade, cor etc. Além dessas características, o modelo contempla a análise do raio de recrutamento da instituição, o grau de homogeneidade da clientela, a sua capacidade acadêmica e outras características



que definem as necessidades de ação pedagógica. Essas informações, somadas às provenientes de outros componentes do modelo subsidiarão o aprimoramento das políticas e processos internos de atendimento aos estudantes.

Quanto aos componentes relacionados aos processos vivenciados pelo alunado durante sua permanência nos cursos de graduação ou pós-graduação *stricto sensu* da UnB, o modelo prevê a análise crítica da movimentação, o rendimento acadêmico do aluno e a satisfação do alunos com as disciplinas e cursos. Além disso, estão previstas a avaliação da qualidade dos processos seletivos adotados pela instituição e seus impactos sobre movimentação, evasão e rendimento acadêmico. Estão previstas questões sobre o zelo pela qualidade e o clima de respeito mútuo de professores e alunos. Mais do que isto, a Universidade de Brasília, aproveitará as avaliações de reações, atribuídas semestralmente pelo alunado às disciplinas, desempenho didático do docente e apoio às atividades de ensino para analisar suas correlações com rendimento acadêmico e movimentação de alunos nos cursos da UnB e demais componentes do modelo de avaliação institucional. Essas informações associadas e correlacionadas àquelas provenientes dos demais componentes servirão para o aprimoramento das políticas, programas e práticas de acompanhamento do alunado na UnB.

A avaliação do impacto dos cursos está prevista e algumas dimensões já vêm sendo analisadas para alguns cursos de graduação da UnB, como o acompanhamento do egresso. São coletadas informações sobre a entrada do ex-aluno no mercado de trabalho (tempo de procura de trabalho na área do curso, os níveis de remuneração, a aceitação e forma como os empregadores os recebem, a reputação que esta formação tem no mercado empregador etc.). Além disto, são analisados os vínculos da UnB com ex-alunos: retorno para cursos e atividades, contribuições para o desenvolvimento da Universidade (dedicação de tempo ou recursos para projetos extra-orçamentários, contratos de serviços de ensino ou pesquisa ou contribuições financeiras).

Informações sobre infra-estrutura (obras, salas de aula, espaço físico, equipamentos), perfil do corpo docente e outros resultados mediatos dos cursos



serão também adicionadas às informações anteriormente mencionadas para análise das relações entre elas.

Algumas informações adicionais serão agregadas aos modelos específicos de avaliação do ensino de graduação e pós-graduação, em função de suas singularidades. O modelo de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* poderá agregar informações contidas nos relatórios institucionais, tais como as referentes a condições e infra-estrutura, estrutura curricular dos cursos de mestrado, características do corpo docente (dedicação ao programa, titulação, número de orientações no período), tempo gasto pelo aluno de mestrado e doutorado para conclusão do curso e participação do aluno em atividades acadêmicas. Além da avaliação dessas atividades de ensino, estão previstas avaliações dos cursos de especialização da Universidade, de acordo com os componentes anteriormente descritos.

A Universidade de Brasília destaca-se pela integração de alunos e corpos docentes dos cursos de graduação e pós-graduação em atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária. Por esse motivo, o modelo prevê a discussão e análise de indicadores e variáveis que descrevam esse tipo de rede de relacionamentos e de atividades acadêmicas, bem como sua relação com os indicadores de avaliação institucional das diversas áreas que compõem o modelo de avaliação institucional da UnB.

16.2 Avaliação da Pesquisa Científica e/ou Produção Intelectual

Este modelo específico compreende a avaliação da produção científica, técnica e artística, docente e discente, em termos de volume, natureza e qualidade dos veículos em que é divulgada e os tradicionais indicadores relativos à visibilidade dos grupos ou dos pesquisadores individuais. O modelo de avaliação da pesquisa científica e/ou produção intelectual compreende também indicadores e variáveis relativas ao ambiente (contexto, políticas de fomento, apoio financeiro aos projetos, bolsas de pesquisa), perfil dos envolvidos (discentes, docentes e demais atores), procedimentos



(produção com alunos de graduação e pós-graduação, apresentação em congressos, divulgação dos resultados da pesquisa e de outros produtos intelectuais etc.) e processos (efeitos das condições de pesquisa sobre atividades, projetos, intercâmbios, participação em eventos). Além disto, fatores como infra-estrutura (obras, espaço físico, equipamentos), resultados e impactos imediatos e mediatos das atividades de pesquisa e produção de conhecimento sobre a sociedade.

Na avaliação da pesquisa são levados em consideração: o dinamismo das atividades de pesquisa; o clima institucional para a pesquisa – processos de constituição e composição das equipes pelas linhas e projetos de investigação; as fontes de financiamento e redes de intercâmbio; a programação de eventos (inclusive jornadas de iniciação científica) e a prática de recepção de visitantes; a compreensão do processo de criação e investigação dentro da instituição, políticas de incentivo e suporte da pesquisa, organização dessas atividades e como se dá sua integração com as atividades de ensino (em disciplinas avançadas optativas, no apoio a projetos de alunos para seus cursos, inclusive TCC etc.) e com as atividades de extensão.

E mais, a produção científica, técnica e artística, docente e discente, em termos de volume, natureza (produção de livros, capítulos de livros, artigos em revistas nacionais e estrangeiras, relatórios técnicos e similares), qualidade dos veículos em que é divulgada e os tradicionais indicadores relativos à visibilidade dos grupos ou dos pesquisadores individuais, são também questões consideradas nas avaliações desta área. O modelo ainda avalia a capacidade demonstrada pela instituição para formar pesquisadores e docentes de ensino médio e superior, em termos do número de orientações de alunos de doutorado, mestrado, bolsistas de iniciação científica, e de trabalhos ou monografias de conclusão de cursos de graduação.

Mais informações, contidas em bancos de dados, como a Plataforma *Lattes* do CNPq e relatórios institucionais, serão adicionadas ao modelo para avaliação de suas relações com as demais áreas e componentes do modelo de avaliação da UnB.



16.3 Avaliação da Extensão Universitária

Quanto à extensão são consideradas as formas de relacionamento com o ambiente externo; com que ou quem a Instituição cultiva relações e o que ou quem ela monitora? Como a UnB define o seu ambiente externo relevante e como realiza a sua integração com outros atores sociais? De que modo a extensão contribui para o desenvolvimento regional e comunitário, sobretudo por meio de atividades de extensão; prestações de serviços? Quais são as relações da extensão com o ensino médio? Qual é a qualidade e a intensidade das parcerias institucionais?

A avaliação da extensão compreende também a descrição do perfil de atores sociais (professores, alunos, servidores técnico-administrativos, público-alvo), organizacionais e institucionais envolvidos nas atividades, bem como a análise de fatores do contexto, como condições de apoio financeiro, infra-estrutura física e natureza das demandas, entre outras. Além dessas questões são analisados os relacionamentos entre atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como descritos os impactos que as atividades de extensão exercem sobre as demais atividades e resultados institucionais.

Entre as variáveis relativas às atividades de extensão, propriamente ditas, são avaliados os eventos de extensão oferecidos pela Instituição em termos da natureza e número de eventos (cursos, minicursos, ciclos de debates, conferências e palestras, concertos, encontros, exposições, fóruns, oficinas, seminários, simpósios); natureza e número de projetos contínuos de extensão e de cooperação técnica e de intercâmbio.

No que concerne ao perfil dos envolvidos são avaliados: o número de alunos em atividades de extensão; as características dos docentes em atividades de extensão; a carga horária docente de extensão; as características do público-alvo de projetos de extensão, local e regional.

Quanto ao contexto são analisadas as parcerias com órgãos públicos e privados; parcerias internacionais; bolsa de extensão e estágios, convênios para



realização de cursos de extensão, recursos financeiros envolvidos em eventos de extensão e outros a eles relacionados.

16. 4. Avaliação das Ações Comunitárias

O modelo de avaliação da área social agrega informações contidas nos sistemas de acompanhamento dos eventos de ações comunitárias, nos relatórios de eventos realizados e não cadastrados nos sistemas eletrônicos de dados da UnB; informações sobre os projetos e eventos de ações comunitária oferecidos à comunidade universitária e à população do entorno. A articulação das atividades de ação comunitária com o ensino, a pesquisa e a extensão; a concepção e implementação das ações da área de acordo com as diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UnB são objeto de reflexão e avaliação no modelo adotado pela Universidade de Brasília.

Questões sobre o número de alunos carentes que recebem auxílios moradia e alimentação; bolsas de permanência e vale-livro; o público atendido em programas voltados à comunidade universitária; os projetos de pesquisa e de extensão voltados à área de preservação histórica e cultural; freqüências a espaços culturais internos já compõem relatórios institucionais sobre os eventos de extensão da UnB.

16. 5. Avaliação da Gestão Institucional

Este modelo específico avalia o desempenho da Instituição a partir da evolução dos indicadores de gestão da UnB, o processo decisório da Instituição e seus impactos sobre as atividades universitárias, a qualidade da execução da programação orçamentária ligada a programas, ações e atividades constantes em Planos Plurianuais e no Plano de Desenvolvimento Institucional de 2002-2006 (PDI/FUB), as políticas e práticas de gestão de recursos humanos adotadas pela Instituição, os processos gestão da informação, a qualidade da prestação de serviços e da infra-estrutura física: obras e espaço físico. Essas informações, adicionadas a



outras, referentes ao perfil dos envolvidos, condições de trabalho, processos de trabalho, entre outras, serão relacionadas a indicadores de impactos da atividade sobre processos e resultados institucionais.

a. Organização e Desenvolvimento

São importantes: a avaliação da estrutura organizacional da instituição e da divisão de responsabilidades, o organograma e as linhas de autoridade, o exercício do processo decisório, a centralização ou a descentralização, a existência e o funcionamento real de órgãos colegiados (composição, atribuições, periodicidade de reuniões e impacto das decisões), os mecanismos de comunicação, os sistemas de informação para a decisão e o modo como esses sistemas são percebidos pelos diferentes atores institucionais, o grau de envolvimento dos diferentes atores, o clima institucional (participação, iniciativa, inovação, satisfação, colaboração etc.) e a integração entre as áreas operacionais e acadêmicas; a administração acadêmica dos cursos e programas; a realização das propostas acadêmico-pedagógicas; a integração curricular; as condições para o envolvimento de docentes e alunos no desenvolvimento dos programas; a integração, no projeto institucional, os diferentes programas de ensino oferecidos; as coordenações de cursos na instituição – sistemas de escolha, mandato e responsabilidades; as relações com as instâncias superiores da administração acadêmica e institucional, com os departamentos, com os setores das áreas administrativas e de suporte; a aderência a programas institucionais; a existência e funcionamento de colegiados de curso – sua composição, suas atribuições e como são de fato exercidas, o regime de reuniões e o impacto de suas decisões, a participação estudantil etc.; o sistema de atendimento acadêmico aos alunos – orientação acadêmica, de escolha de disciplinas, orientação de trabalhos de conclusão de curso e de estágios, assim como a existência de instrumentos de identificação e de investimento nos melhores talentos.



b. Planejamento, Avaliação e Informação

Deve-se avaliar o desempenho dos setores e órgãos internos responsáveis pelo planejamento e avaliação da instituição; os processos de planejamento, acompanhamento e avaliação, seu grau de transparência, sua divulgação e a forma como são utilizados; periodicidade das ações de planejamento, seu processo de elaboração e ajustes (bases de informação utilizadas, definição de prioridades, participantes, instâncias decisórias), os mecanismos e as responsabilidades na sua execução e seu acompanhamento, as análises de impacto e a efetiva correção de rumos; a aderência entre planos e o funcionamento cotidiano concreto da instituição.

Quanto à informação deve-se analisar o acesso à ela – a que se tem acesso, como ele se dá e em que intensidade a qualidade das fontes de informação; a modernidade dos meios de acesso; os mecanismos de acompanhamento; o dimensionamento e adequação dos acervos físico, digitais e virtuais; os equipamentos disponíveis; os sistemas de acesso à informação; as políticas de renovação, aquisição e divulgação; os horários de funcionamento, o sistema de empréstimo e de reserva, bem como sua relação com os horários acadêmicos institucionais; a existência e a natureza de convênios e intercâmbio; sistemas de acompanhamento e estatísticas de uso desses recursos por tipo de usuário etc.

c. Recursos Orçamentários e Financeiros

São analisadas as fontes de recursos orçamentários, grupos de despesas, dados evolutivos sobre orçamentos por exercício, políticas e práticas de distribuição e consolidação da alocação de recursos, tipos de gastos demandados pelas Unidades para implementar planos de trabalho. Além disso, esta parte do modelo avalia a natureza e a qualidade de procedimentos e processos de captação de recursos financeiros realizados pela Universidade, assim como analisa o impacto exercido por essas atividades de controle e gestão orçamentária e financeira, demais processos e resultados institucionais. São também questões relevantes as que



consideram os impactos da gestão orçamentária e financeira nos processos decisórios e nas demais atividades universitárias, administrativas e acadêmicas.

Deve ser considerado, pois, o sistema de gestão orçamentária e financeira; as estratégias de captação de receitas; a transparência na distribuição interna dos recursos financeiros; as responsabilidades de execução do orçamento e a prestação de contas; os processos de acompanhamento da execução orçamentária; a estabilidade financeira institucional percebida por meio do peso das receitas, com matrículas na receita global e a existência de outras receitas, através do peso das despesas fixas, especialmente de pessoal, no conjunto das despesas, da participação dos gastos com docentes no orçamento global e através da existência de fundos de reserva; a proporção entre gastos com a área meio e a área fim, (ensino, pesquisa e extensão); o sistema de alocação setorial de recursos (biblioteca, pesquisa, capacitação etc.); a política de formação de preços também é importante indicador de valorização da qualidade dos serviços oferecidos ao público -alvo.

d. Recursos Humanos: Corpo Docente e Técnico-Administrativo

No que se refere à avaliação das políticas, práticas, processos e normas concernentes à gestão do corpo docente, devem ser consideradas aquelas relativas a recrutamento e seleção, manutenção e incentivo ao desenvolvimento profissional; os processos relativos à gestão do corpo docente; a carreira e condições de trabalho, regime de trabalho e políticas de capacitação e de atualização; o perfil dos profissionais, sua origem, sua idade, sua qualificação; a adequação da dimensão do corpo docente à do alunado nos diferentes cursos e turnos; o regime de trabalho associado à titulação e à distribuição de responsabilidades acadêmicas; a estabilidade do corpo docente: rotatividade, seu tempo de permanência na instituição ou mesmo na titularidade das disciplinas; os processos permanentes de qualificação e atualização; a existência de mecanismos de estímulo à participação em eventos científicos, acadêmicos e profissionais; o incentivo à qualificação/titulação acadêmica; a oferta de atividades de atualização nas áreas específicas de formação



e na dimensão pedagógica; os convênios e similares com outros cursos, centros e instituições, que promovam o intercâmbio docente; as condições de trabalho, em termos de instalações físicas; o conforto e praticidade ambientais, espaços para convivência, meios de acesso à informação e de comunicação (do telefone e escaninho individual ao *e-mail* e internet, por exemplo), biblioteca, são requisitos para o desenvolvimento do trabalho acadêmico de qualidade; se há incentivos e para que professores busquem contratos, convênios, parceiros – iniciativas que criem novas fontes de receitas e de dinamismo pela abertura de novas atividades e serviços.

Quanto à avaliação da gestão do corpo técnico-administrativo são importantes o perfil, os serviços atendidos ou desenvolvidos, os processos de seleção e manutenção, incentivos ao desenvolvimento profissional, políticas de valorização e de capacitação, carreira e vínculo com a Instituição; as políticas e práticas de recrutamento e seleção; a origem e o grau de especialização dos servidores, a sua idade e seu perfil profissional; a dimensão e o regime de trabalho; a distribuição por setores e atividades e os processos e a agilidade na sua realocação; as relações com outras áreas da Instituição, a integração com a área acadêmica, com o atendimento aos alunos e mesmo com a comunidade externa; o *status* institucional que desfrutam, em especial, a sua participação nas instâncias decisórias; as políticas de capacitação; a carreira, com seus critérios de progressão, remuneração; a estabilidade do corpo técnico-administrativo, tempo de permanência na casa etc. Incentivos à participação e propostas de melhorias; a autonomia para iniciativas e/ou viabilização de novas idéias e projetos são também considerados no modelo de avaliação da UnB.

e. Infra-Estrutura Física: Obras e Espaço Físico

Quanto à estrutura física devem ser consideradas as características das instalações e ambientes físicos da Universidade, em termos da adequação tecnológica de equipamentos e espaços e ambientes de aprendizagem; da convivência estimulante e agradável necessária ao bom desempenho acadêmico e



científico; a quantidade, qualidade e disponibilidade de espaços para a realização das atividades acadêmicas e administrativas, assim como o grau de adequação das instalações às atividades nelas realizadas; o planejamento do desenvolvimento dos recursos físicos em função da implantação de novos projetos ou da ampliação de antigos projetos acadêmicos e científicos. Além disso, são avaliados os processos de alocação de salas de aula, laboratórios e outras instalações necessárias à realização das atividades típicas da Universidade.

f. Prestação de Serviços

Esta parte do modelo dedica-se a avaliar contratos, projetos de prestação de serviços executados pelas diversas Unidades da UnB e pelas fundações de apoio, bem como convênios firmados pela UnB com órgãos do País e do exterior. Trata das características e da abrangência do público-alvo, do perfil dos docentes, profissionais técnico-administrativos e outros atores envolvidos na prestação de serviços, além dos impactos dessas atividades sobre as demais atividades acadêmicas e administrativas da UnB.

As informações coletadas por intermédio da consolidação dos diferentes modelos ou módulos específicos de avaliação institucional serão analisadas e discutidas pelas Unidades Acadêmicas e Administrativas da Universidade de modo a explicitar a visão que a Instituição tem de si mesma e o contraste com o que vem fazendo e com a imagem que dela têm outros agentes sociais constituem um dos mais importantes indicadores para a sua avaliação.

A capacidade de uma auto-avaliação realista, que identifique a marca da Instituição, a contribuição que traz ao sistema de ensino superior do País ou da região, a razão básica de sua existência, sua abrangência e raio de influência (local, regional e nacional), as fronteiras que delimitam os aspectos em que ela se distingue das congêneres denota a presença de uma dinâmica institucional que determina seus rumos e caminhos.



17. Cronograma de atividades de Implantação do Modelo

Atividade	Fev.	Mar	Abr.	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. Redação do Esboço de Modelo	█										
2. Exposição aos Decanos e Diretores.	█										
3. Aprimoramento do esboço.	█	█									
3. Captação e análise de informações	█	█									
4. Escolha dos indicadores de resultados institucionais para cada área.	█	█	█	█	█	█					
5. Criação de banco(s) de dados integrado.	█	█	█	█	█	█					
6. Análise dos dados	█	█	█	█	█	█					
7. Elaboração de relatórios preliminares por atividades/áreas.				█	█	█	█				
8. Realização do auto-estudo:				█	█	█	█	█	█		
9. Elaboração dos relatórios específicos e geral						█	█	█	█	█	
10. Submissão do relatório geral de avaliação institucional aos Conselhos Superiores											█
11. Aprimoramento do modelo de avaliação institucional						█	█	█	█	█	█
12. Divulgação dos relatórios parciais e geral e preparação para a Visita de Comissão Externa											█



18. Previsão de Despesas

DESEMBOLSO ANUAL – 2005			
Elementos de Despesas	IES	MEC	Total
Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	35.400	106.200	141.600
Auxílio a bolsistas	9.000	27.000	36.000
Material de Consumo	6.000	18.000	24.000
Total	50.400	151.200	201.600

DESEMBOLSO ANUAL – 2006			
Elementos de Despesas	IES	MEC	Total
Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	5.100	15.300	20.400
Auxílio a bolsistas	10.800	32.400	43.200
Material de Consumo	3.000	9.000	12.000
Total	18.900	56.700	75.600

DESEMBOLSO ANUAL – 2007			
Elementos de Despesas	IES	MEC	Total
Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	5.100	15.300	20.400
Auxílio a bolsistas	5.400	16.200	21.600
Material de Consumo	3.000	9.000	12.000
Total	13.500	40.500	54.000
Total Geral	82.800	248.400	331.200

Fontes de Informações e Dados

Universidade de Brasília. Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional (APA). Projeto para Avaliação Institucional da Universidade de Brasília. Brasília, 1994.

Universidade de Brasília. Secretaria de Planejamento. Anuário Estatístico da UnB: 2004. Elisabeth A. Ferreira (organização). Brasília, 2004.

Universidade de Brasília. Secretaria de Planejamento. Plano de Desenvolvimento Institucional: Manual de Planejamento. Elisabeth de Araújo Ferreira (organização). – Brasília, 2003.

Universidade de Brasília. Secretaria de Planejamento. Projeto de Avaliação Institucional da Universidade de Brasília. Brasília, 2002.

Universidade de Brasília. Secretaria de Planejamento. Considerações a respeito do Roteiro de Auto-Avaliação Institucional. Eduardo Tadeu Vieira. Brasília, 2004.

INEP/MEC. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) – Roteiro de Auto-Avaliação Institucional. Brasília, 2004.

MEC/Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília, 2004.

Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes – e dá outras providências. DOU n. 72, 15/04/2004.

BELLONE, I. et al. (1987) Avaliação de Ensino de Graduação. Teste da Metodologia. Brasília, UnB

BRASIL/MEC. (1994) Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Brasília, SESu.